

EXPERIÊNCIA DE CLASSE E EXPERIMENTO HISTORIOGRÁFICO EM E. P. THOMPSON

*José Jobson de Andrade Arruda**

Aqui me sento com meu estudo aos cinquenta anos de idade, a escrivaninha e o chão empilhados com cinco anos de anotações, xeroxes, rascunhos deixados de lado, o relógio mais uma vez marcando a madrugada, e vejo-me, num instante de lucidez, como um anacronismo. Por que gastei esses anos tentando descobrir algo que, em sua estrutura essencial, poderia ser conhecido sem nenhuma investigação?¹

Jamais uma linhagem historiográfica deveu tanto a um só historiador: a história da classe operária e seu *modus faciendi*, o procedimento ancorado na idéia de experiência. Thompson, refinado credor desta formulação compõe, ao lado de Eric Hobsbawm e C. Hill, a trindade maior dos historiadores marxistas aglutinados pelo Partido Comunista inglês. De fato, foi somente com a divisão do Partido Trabalhista, em 1920, que o comunismo começou a trilhar o seu próprio caminho na Inglaterra. Quando as interpretações da História, baseadas nos princípios definidos por Marx e Engels, sobre a inevitabilidade da preponderância do material, do lugar da luta de classes na determinação do padrão geral das mudanças econômicas e sociais, do papel do motor do proletariado na História, começou a ter um impulso significativo.

Nos anos 30, momento no qual o *Left Club Book* engajou-se na campanha pela aliança com a União Soviética, teve início a formação da ala intelectual do Partido Comunista inglês. O Communist Party Historians' Group era formado por historiadores marxistas que, tão logo terminada a Segunda Guerra Mundial, retornaram à academia.

* Professor Titular de História Moderna da USP.

1 Thompson, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 350.

Eram quase todos professores universitários, ou desejavam sê-lo. Seu número praticamente quadruplicara. Comungavam um grande ardor político, imensa paixão pela História, intensa atividade intelectual que se desdobrava em reuniões, debates, nos quais discutiam a interpretação marxista da História, dando o máximo de si mesmos nesta verdadeira batalha de idéias, cuja finalidade última era romper o discurso ‘empírico’ da tradicional historiografia inglesa.

Em 1956, o C. P. Group implodiu. Sob o impacto da denúncia dos crimes de Stalin, feita por Nikita Kruchev, teve início a desestalinização.

A invasão da Hungria, pela União Soviética, agravou a crise. Thompson e John Saville foram os primeiros a denunciar a atrelagem do Partido Comunista inglês ao Partido Comunista soviético. Foram também os primeiros a deixá-lo. Mas Thompson não havia ingressado na carreira universitária; optando pelo ensino básico, tornara-se professor de educação para adultos no bojo do movimento operário e foi nesta condição que escreveu o clássico *The making of the English working class*, em 1963.² Dando aulas noturnas, aproveitava a oportunidade para discutir as idéias mestras de seu livro com seus alunos. Encontrava-se totalmente tomado pela militância política, atuando no movimento pacifista inglês como personalidade destacada. Seu livro, reeditado em 1968, acrescido de um capítulo adicional com respostas a seus críticos mais acerbos, é hoje um clássico da historiografia inglesa, um marco na história social. Hobsbawm considera o título do livro de Thompson mais do que acertado, aliás o mesmo que deu a um de seus artigos componentes do *Mundos do trabalho: o fazer-se da classe operária, 1870–1914*, e assim justifica:

O fazer-se da classe operária não é porque eu pretenda sugerir que a formação desta ou de qualquer outra classe seja um processo com início, meio e fim, como a construção de uma casa. As classes nunca estão prontas no sentido de acabado, ou de terem adquirido sua feição definitiva. Elas continuam a mudar. Entretanto, como a classe operária foi historicamente uma classe nova – não reconhecida como um coletivo social ou institucional, interna ou externamente, até um período específico – faz sentido delinear sua emergência enquanto grupo social durante um certo período.

E aduz: “Foi isso que Thompson pretendeu fazer”.³ Ou seja, para ele as relações de classe e a sua consciência eram formação cultural e a classe em si mesma não era uma “coisa” e sim um “acontecer”.

2 Thompson, E. P. *The making of the English working class*. Grã-Bretanha, Victor Gollancz, 1963.

3 Hobsbawm, Eric J. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 273.

Fala-se, freqüentemente, em lacunas a serem preenchidas, como se a História fosse um *constructu* de cimento armado, cujos caixilhos podem e devem ser sistematicamente recheados pela multidão operária dos trabalhadores da História, como se a idéia do que deve ser preenchido não estivesse também em constante elaboração. *Hélas*, se uma lacuna existia, esta era a mais gritante, ou seja, a tradução do livro de Thompson no Brasil, que partindo das 958 páginas da edição de 1968,⁴ – que na sua tradução para o português cresceu em cerca de 25%, – transformou-se em um conjunto de três livros, *A árvore da liberdade*, *A maldição de Adão* e *A força dos trabalhadores*.⁵

O autor trabalha seu texto em três grandes áreas, com grande poder de permeabilização: o impacto social da industrialização, o papel do metodismo e o crescimento da consciência de classe. Seu prefácio provoca inquietações à direita e à esquerda. Constata a visão generalizada de que a classe “é uma coisa”. Que a classe operária, nestes termos, é quase matematicamente certa. O outro ramo desta erva daninha é considerar que a consciência de classe é algo “inventado por intelectuais deslocados”. Conclui que, “se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências...”. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria experiência histórica. Nestes termos, a classe operária estava presente no seu próprio fazer-se.

“Classe, e não classes.” Por classe, Thompson afirma entender um fenômeno histórico que integra uma série de acontecimentos díspares e aparentemente sem conexão, tanto na matéria-prima da experiência quanto na consciência. Para ele, a classe não é uma “estrutura”, muito menos uma “categoria”, mas algo que resulta efetivamente das relações humanas, extremamente fluidas e que nos escapa ao tentarmos dissecar a sua “estrutura”. Esta relação é vital e precisa estar sempre referida a contextos reais. Assim, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”. São as relações de produção que determinam a experiência de classe, nas quais os homens entram involuntariamente. A abordagem cultural destas experiências, encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais, é a consciência de classe. Entender a classe impõe, pois, vê-la como uma formação social e cultural. Nestes parâmetros, pode-se afirmar que

4 Edição da Penguin Books, Harmondsworth, 1968.

5 Os dois primeiros volumes foram publicados pela Paz e Terra, na Coleção Oficinas da História, em 1987, e o terceiro em 1988.

nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores [...] a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica.

Teórica e metodologicamente, Thompson insurge-se contra a leitura da história à luz do devir. Neste caso, apenas os vitoriosos são lembrados. “Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos.” Algumas destas causas perdidas pelo povo na Revolução Industrial inglesa poderiam ser vencidas na Ásia ou na África. Neste passo, Thompson põe-se num compromisso com o futuro, no qual o *telos* maior da transformação social revela o historiador e o homem de ação. Neste inspirado parágrafo, Thompson coloca-se de corpo e alma:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do “obsoleto” tear manual, o artesão “utópico” e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurreccionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.

O caminho traçado por Thompson começa em 1790, quando uma espécie de “Revolução Inglesa”, comparável à Revolução Francesa, aconteceu. A intensa movimentação das camadas populares, jacobinos ingleses, inspirados em Tom Paine e nos revolucionários franceses, levou-os a sistemáticas tentativas revolucionárias, agravadas pelas condições específicas, geradas pela Revolução Industrial inglesa nos seus albores. Tais tentativas falharam, dominadas por uma forte coalizão entre a burguesia industrial e os terratenentes, que impediram os jacobinos ingleses e os militantes do jovem movimento sindical de “fazer” a Revolução, mas conduziram-nos a uma especial consciência de classe operária, profundamente marcada pelo ideário radical inglês do século XVIII. Este foi o ganho real da “Revolução Industrial”, a ruptura da “muralha chinesa”, que separava a história da agitação operária da sua história cultural e intelectual.

Outro aspecto importante foi a herança da tradição libertária oriunda do século XVII, que protegia o indivíduo contra o absolutismo, justificando, em certas circunstâncias, o direito de amotinar-se contra a autoridade. É importante destacar o lado fortemente conservador dos insurgentes, como, por exemplo, os *food rioters*, legitimados em suas ações pela velha economia moral dos pobres, assentada na idéia de imo-

ralidade de qualquer método que visasse a alta dos preços dos suprimentos básicos, em detrimento das necessidades do povo. Era a anteposição da economia moral à economia de mercado. Esta temática, do protesto popular, aparecera em trabalhos de Rudé, Rose e Hobsbawm, mas Thompson foi o primeiro a integrá-la no contexto mais geral do radicalismo inglês, a indicar sua importância na emergência da consciência política popular. Nestes termos, os motins de Gordon, nos anos 1780, foram as últimas ações populares do século XVIII.

Gradualmente, o protesto popular perdeu seu caráter conservador, rumando a comportamento radical. Thompson considera que a história da classe operária foi falsificada pelos historiadores que a abordaram a partir da tradição pacifista dos movimentos trabalhistas do final da Era Vitoriana. Insiste na permanência, na continuidade da tradição revolucionária inglesa durante o século XIX, algo mais do que uma simples resposta à ação de agentes provocadores. O ludismo não foi apenas um protesto cego; bem-informados e organizados, seus ideais conscientes opunham-se à economia política prevalecente, se bem que ancorados em costumes tradicionais. O medo do radicalismo popular e do ludismo ajudou a criação de uma consciência de classe média, bem como forjou a aliança entre proprietários e industriais. A aliança potencialmente revolucionária do proletariado urbano com a burguesia mais radical, que dá sinais de emergência nos anos 1790, foi frustrada pelos Massacres de Setembro, deixando os trabalhadores radicais sozinhos em sua própria luta.

Entre 1790 e 1832, havia na Inglaterra o que se pode chamar de situação revolucionária sem revolução. A força da contra-revolução orientou o impulso revolucionário, depois de 1800, rumo à incrementação do fervor religioso do metodismo, uma forma ritualizada de 'masturbação' psíquica, evidente na violenta evangelização e nas conversões espetaculares, comuns a muitos tipos de 'renascimentos'. Depois de 1820, o movimento desaguou no constitucionalismo radical dos reformadores da classe média. O metodismo e o radicalismo político foram duas experiências transformadoras. Ao 'plantar a árvore da liberdade' na classe trabalhadora, os sentimentos radicais e democráticos metamorfosearam-se, de modo a tornar-se um elemento distintivo da consciência da classe operária, no século XIX. As condições geradas pela Revolução Industrial dilaceraram as relações sociais. A reciprocidade de interesses entre empregadores e trabalhadores desapareceu. E, apesar de ganhos duvidosos nos padrões de vida, agravou-se a miséria e a exploração. No bojo deste conflito, premidos pela contra-revolução e pela Revolução Industrial, a classe trabalhadora passa a ver-se como uma classe, com interesses, valores e cultura comum. Atinge-se a autoconsciência coletiva, a maturidade da consciência da classe operária, nos anos 30. Produziu-se, então, a mais notável cultura popular que a Inglaterra até então conhecera. Um ganho espiritual, na

medida em que os trabalhadores dela emergiram com propósitos definidos, com sentimentos radicais e democráticos, com uma cultura específica, que somente entra em declínio com as sociedades afluentes e o avanço das comunicações de massa.

Este magnífico livro encerra um oceano de questões. Reteremos apenas as mais debatidas, a começar pelo metodismo. Aqui se revela uma das principais virtudes do autor, a integração entre história religiosa e história social. Destaca as afinidades submersas entre o metodismo e o utilitarismo da classe média. Realça o impacto do metodismo na recreação popular e na disciplina do trabalho. Argumenta, contra Hobsbawm, que o metodismo, longe de ser uma 'religião do trabalho', era um componente do processo físico de contra-revolução, uma força social estabilizadora e regressiva, capaz de canalizar, de modo inofensivo, as ameaças sociais ou os menos produtivos. Nesta medida, o metodismo constituía-se no pólo negativo do processo social e salvou a Inglaterra da Revolução. Certamente, trata-se de uma questão complexa e com pontos numerosos ainda por clarificar. Um é o atribuído caráter 'milena-rista' do metodismo. Outra, o fato de que muitos metodistas milenaristas eram exatamente os mais radicais, a tal ponto que 'milenarismo' e 'radicalismo' eram considerados sinônimos em muitos círculos metodistas. Uma terceira deriva da observação de Hobsbawm, de que os metodistas representavam uma parcela reduzida da população industrial.

Uma Revolução Industrial menos quantificada, menos tecnicizada, emerge das páginas de Thompson. Seguindo as pegadas de Marx, enfatiza a degradação da massa trabalhadora a ponto de criar um 'estado' revolucionário. Ao mesmo tempo, brota a consciência coletiva e a cultura operária, conformando uma classe forte, brava, inteligente e cooperativa. Flagrantes contradições? Parece-nos que não. Se entre 1790 e 1840 houve incrementação ligeira nos padrões materiais de existência, houve também uma intensificação da exploração e maior insegurança. Se em 1840 a situação era melhor que nos últimos 50 anos, sua experiência social, como um todo, representava uma verdadeira catástrofe, desde que comparada ao mundo das relações sociais anteriores à Revolução Industrial. "É bem possível médias estatísticas e experiências humanas correrem em direções opostas [...]. O povo pode consumir mais mercadorias e tornar-se menos feliz ou menos livre, ao mesmo tempo." Progresso material e declínio de condições psicológicas da existência não são irreconciliáveis.

A questão da classe, da consciência de classe e do estado de revolução, devem ser analisadas conjuntamente. Sobre as possibilidades revolucionárias, Thompson afirma que havia algo parecido com uma revolução nos anos 1790. Em 1832, havia de novo um estado de crise revolucionária. O ano de 1819 foi um ensaio para 1832 e, em ambos os anos, uma revolução era possível, principalmente em 1832. Refere-se à

insurreição política da massa e à quase-insurreição dos trabalhadores pobres, que apesar das preliminares de uma guerra civil, não resultou em revolução. Argumenta que pelo fato de a revolução não ter acontecido, não significa que jamais poderia ter acontecido. A possibilidade de uma tradicional potencialidade conspirativa está sempre presente nestas interpretações. Valeria a pena, talvez, lembrar com Hobsbawm que a formulação de “questões do tipo ‘se ao menos’, em relação à história operária ou qualquer outra”, exige uma consciência lúcida do que estamos fazendo, por que o fazemos e o que esperamos com isto. Thompson está, certamente, alerta para estas limitações do raciocínio hipotético na História.

Fiel à sua concepção de classe – um produto da ação e da experiência vivida num determinado quadro de referências culturais, uma relação acima de tudo – Thompson privilegia a fragmentação empírica da classe operária, destaca a riqueza do conflito, mas geralmente remete a consciência de classe ao universo dos artesãos, a quem ele considera “um caso especial – a elite intelectual da classe”. As fortalezas da resistência da classe operária foram os centros artesãos, e a cultura radical era a cultura dos trabalhadores especializados. Os artesãos elevaram o nível da consciência política. Isto não impediu, pelo contrário, cavou um enorme fosso entre os artesãos de um lado e a massa dos trabalhadores londrinos, do outro, mesmo em 1832. “Nas cidades conviviam”, diz Thompson, “uma cultura plebéia, obscena e vigorosa, coexistindo com a tradição mais política entre os artesãos.” Esta pluralidade complexa da classe operária se evidencia no próprio fazer de sua história. Ela aparece nas agitações dos anos 1791-95, clamando por direitos amplos e forçando uma aglutinação ao nível da classe proprietária. Depois de 1795, verificou-se uma profunda alienação entre as classes, aliviando a tensão e provocando brechas na classe proprietária. As cisões cicatrizaram-se tão logo as agitações se renovaram em Rawfolds, às quais seguiram-se uma nova acomodação entre os proprietários e industriais, em 1832, que acabou por produzir uma configuração mais duradoura da sociedade inglesa.

O que Thompson está prognosticando é que a disposição de agir como classe, de comportar-se como classe, ocorreu neste período. Ele não está afirmando que uma consciência ampla e plena, compartilhada por todos os segmentos da classe trabalhadora, fora atingida, como tem sido sugerido por vários historiadores.⁶

Thompson acrescenta muitíssimo ao nosso conhecimento sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, oferecendo-nos novos materiais e novas abordagens, definindo os paradigmas de uma nova história social. Sua análise sobre a formação da classe

6 Rule, John. *The labouring classes in early industrial England 1750-1850*. Londres, Longmans, 1986, p. 386.

operária parte da vivência concreta da classe, privilegiando, porém, as dimensões simbólicas, no sentido mais amplo. É no quadro da dimensão cultural que o autor vai rastreando a construção da classe, no plano de suas formas específicas de viver o mundo que a rodeia, de senti-lo, de expressá-lo e de contra ele se revoltar. As manifestações de oposição, de revolta, típicas do conjunto da classe trabalhadora inglesa, estão no centro nervoso de constituição de classe. Dessa forma, a urdidura da classe operária passa pelo processo de fazer a sua consciência, no plano mesmo das suas manifestações imediatas e cotidianas. Assim, a classe não é pensada pelo autor como uma categoria definida por um 'lugar' determinado e prefixado na dimensão material da vida, nem tampouco portadora de uma consciência à qual se pode chegar a partir de sua inserção estrutural. A consciência da classe é, *ex ante*, resultado da sua própria trajetória no tecido da sociedade, movimento esse que a constrói e, ao mesmo tempo, lhe permite fazer a própria história.

Um exemplo concreto desse procedimento é o livro *Senhores e caçadores*, publicado em 1975, e que fora originalmente pensado para compor a coletânea *Albion's fatal tree*,⁷ mas que cresceu de volume e importância a ponto de justificar-se sua publicação em separado. A obra contém, nos dizeres do próprio autor, uma série de experimentos, a começar pela forma de redação que segue a trilha do encaminhamento da pesquisa, reproduzindo em parte as vicissitudes e complexidades do pesquisador; negligencia as interpretações dos autores que analisaram o período imediatamente anterior ao objetivo do estudo, os anos de 1723-1725, mergulhando em fontes manuscritas. À falta de documentação jurídica indispensável para seu estudo, à rarefação dos jornais, valeu-se das experiências dos moradores humildes e pobres das florestas, seguindo os liames que os atavam ao poder, encarando a sociedade de "baixo", da forma como ela própria se via em 1723. Nestes termos, o episódico, o fragmentário, torna-se emblemático e permite a recuperação de eventos que se perderam para o conhecimento histórico e, até mesmo, para o saber de seus coevos: "uma procissão com repolho aqui, um repique de sinos ali, [...] um panfleto na rua, [...] cartas anônimas, canções assobiadas, baladas cantadas nas tavernas".

Seu objetivo principal era o estudo das origens da Lei Negra, decretada em maio de 1723, e que de um só golpe instituiu 50 novos delitos capitais, delitos estes que, analisados rigorosamente sob o império da lei, da formalização jurídica, do cutelo do poder, poderiam chegar a 200 ou 250 crimes passíveis de pena máxima. Trilhava

7 Obra organizada por Douglas Hay, Peter Linebauch e E. P. Thompson. Foi publicada pela Allen Lane, em 1975. *Whigs and hunters* foi publicado em 1975, reeditado em 1977, e traduzido para o português em 1987 pela Paz e Terra.

Thompson as sendas tortuosas da história do crime no século XVIII,⁸ veredas estas que poderiam conduzi-lo ao próprio aparato do Estado britânico no século XVIII, Estado este que existia para preservar a propriedade e, incidentalmente, a vida e a liberdade dos proprietários.

Ancorado na trajetória da pesquisa, o autor parte do delineamento do seu microcosmo social, a Floresta de Windsor. Para entender o mecanismo de poder ali instalado é levado à recomposição da administração da Floresta por volta de 1723, o poder burocrático florestal, pano de fundo imprescindível à compreensão da Lei Negra, suas origens e desdobramentos sociais. A Floresta não vivia a concórdia social. Pelo contrário, as tensões e conflitos multiplicavam-se, “proprietários alodiais e arrendatários por costume estavam em permanente conflito pelos direitos comunais, tanto com os funcionários da floresta quanto com seus próprios senhores”. Ainda mais, “como tais direitos eram amplos e válidos para todos os habitantes, é provável que os diaristas rurais tenham tomado o partido dos agricultores”. Em meio ao conflitivo quadro social, ganha realce o papel dos Negros de Windsor, uma figura social compósita de bandidos sociais e rebeldes rurais, na concepção de Hobsbawm. “Florestanos armados”, “gente do campo”, que se habituara à resistência armada, aos cercamentos privados, à usurpação das terras comuns, ao seu direito de cortar lenha, recolher turfa ou apascentar seus rebanhos, como define Thompson. Mas o universo dos “transgressores” é mais amplo e intrincado. Não se reduz aos que pintavam seu rosto com fuligem, camuflando-se, os *negros*; estende-se por todos os escalões da estratificação social, dos trabalhadores não-qualificados aos fidalgos, passando por artesãos, comerciantes e agricultores. Entre os primeiros está o contingente mais numeroso; entre os fidalgos e baronetes, o menor. Diaristas rurais, empregados fixos no campo e cavaliços de estalagens formam o estrato mais numeroso da “delinquência” na Floresta de Windsor, entre 1722-1724. O contingente de artesãos e agricultores vem logo a seguir.

Nas Florestas de Hampshire, a ação de bandos de Negros incendiava a imaginação popular, revivendo a lenda de Robin Hood, encarnada no “Rei John”, um grupo de homens que se divertiam com exercícios viris e roubo de cervos, mais por galhofa do que por interesse material. Audazes, pareciam dotados da força mágica do ocultamento. Na verdade, moviam-se no secreto da proteção popular, sob o manto de ressentimentos sedimentados por décadas. Audaciosos, anunciavam suas aparições, surgindo em meio de centenas de pessoas, apesar de não contarem mais do que 15 membros. Caras

8 A história social do crime tem produzido revelações inesperadas. Cf. Lane, Roger. “Crime and the Industrial Revolution: British and American views”. *Journal of Social History*, 7(3):287-303, 1974.

pintadas de preto, casacos e bonés de couro, liderados pelo “Rei John”, que com seus “falsos-pretos” apregoava fidelidade ao Rei George, mas reservava-se o direito de “fazer justiça e verificar que os ricos não insultassem nem oprimissem os pobres”.

No lado oposto aos Negros, caçadores clandestinos, encontravam-se os senhores, os Whigs, que nos anos 20 formavam um conjunto heterogêneo de “especuladores políticos, traficantes de capitais, oficiais cevados nas guerras de Marlborough, dependentes oportunistas da Justiça e da Igreja, e grandes magnatas fundiários”. Não eram herdeiros da Revolução Puritana de 1640, mas sim da reação conservadora de 1688. “Vestiam desajeitadamente, como uma fantasia, a retórica libertária transmitida pelos seus ancestrais.” A Lei Negra colocou um poder incomensurável em suas mãos para constrangimento daqueles aos quais consideravam um estorvo. Um instrumento legal que “na melhor das hipóteses... tornou-se uma curiosa espécie de carta magna da morte para os legisladores do século 18”. Por isso, Thompson considera que a vida política da Inglaterra, nos anos 20, tinha algo de uma “república de bananas”, na qual os “predadores lutam pelos espólios do poder sem concordarem em se submeter a regras e formas racionais ou burocráticas”.

O duro embate entre os deserdados das Florestas e os guardas encarregados de submetê-los consegue apenas postergar a expropriação para o século XIX em alguns redutos, tais como a Floresta de Windsor, Nova Floresta e Floresta de Dean. Os direitos de pastagem aí mantidos eram excepcionais, exatamente porque os conceitos de propriedade mantinham-se aí “defasados em relação ao espírito da época”. A transformação do conceito de propriedade no decurso da Revolução Inglesa do século XVII, na qual declina a noção de propriedade real em favor da propriedade iminente, relacionada ao possuidor, consolida-se no século XVIII, quando se firma a jurisprudência em favor da propriedade absoluta dos bens, abolindo as formas arcaicas e pré-capitalistas de propriedades e direitos simultâneos. As reivindicações dos menos favorecidos, quando ouvidas, eram estigmatizadas pelo espírito de caridade. As resistências, ao fechamento dos campos, por exemplo, identificadas a uma conjuração social, precipitavam a utilização da lei como peça estratégica no arsenal dos processos judiciais.

Exatamente neste ponto, quando ensaia reflexões sobre a natureza histórica da lei no século XVIII, Thompson torna-se o historiador instigante e criador. Investe contra o marxismo vulgar para o qual “o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe”; “fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante”. Nega o caráter de “já explicado” da lei como elemento da superestrutura. Reconhece que a lei, entendida como instituições ou pessoas, pode ser “facilmente assimilada à lei da classe dominante”. Mas, insiste que

... a lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simples-

mente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente *enquanto lei*.⁹

Neste contexto, a Lei Negra não expressava apenas a ascendência da oligarquia Whig e a busca da legitimação de sua propriedade. Reflete também outras formas de propriedade que estavam em jogo e que atingiam diretamente o interesse do proprietário rural, do trabalhador rural, dos funcionários, dos habitantes das florestas. A lei acabava por ser o fruto da prática efetiva visceralmente “imbricada na própria base das relações de produção [...] endossada por normas tenazmente transmitidas pela comunidade”, não podendo simplesmente ser descartada como ideologia.

Evidentemente, numa sociedade dominada pelo discenso, a lei era formulada e aplicada diretamente para impor o poder de classe e legitimá-lo. Sabiamente, a hegemonia da classe dominante inglesa do século XVIII expressava-se, sobretudo, “pelos rituais de profunda meditação dos Juízes de Paz, pelas Sessões Trimestrais, pela pompa das Sessões Judiciais e pelo teatro de Tyburn”. Destarte, as relações de classe expressavam-se *através das formas da lei*, que apresentavam suas próprias características, história e lógica de desenvolvimento. *Toda retórica do século XVIII inglês está saturada da noção da lei* (grifo nosso), transformando seus emuladores em prisioneiros de sua própria retórica, retórica esta que permeava a mentalidade de parte da multidão plebéia. A lei, por conter princípios de igualdade e universalidade, estendia-se forçosamente à toda condição humana, transformando a necessidade em virtude.

De forma contundente, sarcasticamente, Thompson reverbera a história ingênua: “Se a lei é manifestadamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma”. Sua eficácia como instrumento de dominação é mostrar-se avessa às manipulações, parecer ser justa e sendo mesmo às vezes justa. Ideologia não é mera hipocrisia. Mesmo os dominantes necessitam sentir-se legítimos no seu poder, moralizados em suas funções, sentirem-se úteis e justos. “A lei é, em si mesma, um bem incondicional.”

A obra jurídica dos séculos XVI e XVII, respaldada pela ação dos revolucionários do século XVII, transmitiu-se como herança para o século XVIII, originando nas mentes de uns poucos homens a aspiração de ideais e valores jurídicos universais. “A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas”, sentencia Thompson, “simultaneamente podem modificar em profundidade o comportamento dos

9 Neste mesmo sentido, ver Munger, Frank. “Measuring repression of popular protest by English justices of the peace in the Industrial Revolution”. *Historical Methods*, 12(2):76-82, 1979.

poderosos e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas ao mesmo tempo podem refrear esse poder e conter seus excessos.”

O estudo de um objeto aparentemente limitado no tempo, no espaço e no tema, a Lei Negra, no ano de 1724, em algumas florestas inglesas, mostrou-se profundamente reveladora da natureza da sociedade e do poder na Inglaterra setecentista, sugerindo aos historiadores um campo ilimitado para suas pesquisas, nos domínios da história social do crime. Michel Foucault já chamara a atenção para os ritos da punição social, “a execução pública entendida, não somente como ritual jurídico, mas também político. Ele pertence, mesmo em casos menores, à cerimônia pela qual o poder se manifesta”.¹⁰ Neste sentido, as execuções por crime de felonía não podem ser classificadas como incompreensíveis e desimportantes. Têm a sua lógica no quadro da sociedade e são fundamentais no sentido de revelar o processo de internalização da obediência.¹¹ A desobediência civil é aparentada da desobediência política. Por isso, mesmo que não se conseguisse provar nos tribunais que os Negros tinham qualquer ligação com os radicais jacobistas, o poder constituído esforçou-se por estabelecer estas conexões. Seria o potencial insurgente um dado imanente, parte de “uma cultura política compartilhada pelo povo em todas as áreas?”.¹²

Senhores e caçadores constitui-se num livro fundamental à compreensão, não apenas da sociedade inglesa setecentista, mas da formação da estrutura jurídica moderna na qual, diga-se de passagem, estão ausentes princípios democratizantes. Isto é, o corpo legal em construção reflete muito mais a reação conservadora, que se seguiu aos arroubos radicais urdidos no processo da Revolução Inglesa do século anterior. O conhecimento das leis em vigor, todavia, permite vislumbrar, de um lado, a permanência de um tipo de sociedade – a realeza e os senhores – e, de outro, a força incoercível das transformações atestadas na própria necessidade do poder em se expressar por via legal. Talvez por isso mesmo, o livro recupere a dupla dinâmica da estrutura judiciária inglesa: coibidora e inovadora.

Nesse passo, adquirem sentido as discussões que o autor mantém com o marxismo. A vertente marxista contra a qual invectiva, entretanto, reflete linhagens ancoradas em posturas oficiais, linhagens vulgares, que dão ao leitor, em certas passagens, a sensação de que o autor enfrenta moinhos de vento. Vale dizer, *Senhores e caçadores*

10 Foucault, Michel. *Discipline and punish: the birth of the prison*. Londres, 1977, p. 47.

11 Cf. Shape, J. A. “Last dying speeches: religion, ideology and public execution in seventeenth-century England”. *Past & Present*, 107:166-7.

12 Underdown, David. *Revel, riot and rebellion, popular politics and culture in England 1603-1660*. Oxford, 1985, p. 121.

recende às velhas lutas e oposições travadas por um grupo de intelectuais ingleses no interior do Partido Comunista inglês, nos anos 50. Provavelmente seja por essa razão que o livro desconheça as contribuições marxistas e para-marxistas referentes aos problemas da ideologia e da cultura que, pelo menos desde os anos 30 e 40, já haviam sido tocados, sobretudo no segundo momento, pela densa produção dos frankfurtianos.¹³

Nesse fluxo de considerações, é possível extrair outros desdobramentos do livro de Thompson, e que já se encontravam presentes em suas publicações anteriores, ou seja, o seu progressivo distanciamento do marxismo. Em *Senhores e caçadores*, o autor deliberadamente não trabalha com categorias explicativas, como classe, por exemplo. Assim, ao recusá-las, a construção de sua obra passa a refletir esta postura, ou seja, o autor dá a seu livro o andamento da trajetória de sua pesquisa. O conhecimento da história deixa de ser uma construção a partir da recuperação do processo de criação coletiva dos homens, para assemelhar-se ao processo de investigação do estudioso. Nesse passo, a ruptura de Thompson com o Partido Comunista inglês reverbera seu próprio distanciamento do marxismo, transformando o autor num tipo de pensador radical, semelhante aos marginais que ele próprio buscou recuperar. Considerar tal dimensão da obra de Thompson, porém, recoloca um novo patamar de discussões, patamar este que apenas enriquece o debate em torno do processo de conhecimento científico, mas que em nada diminui a densidade e a leveza de sua obra, após a qual, como disse Hobsbawm, “o século XVIII nunca mais será o mesmo”.

13 Dentre os autores recentes que se encaminharam por explicações diferentes daquelas propostas por Thompson, destacamos: Perkin, H. J. *The origins of modern English society 1780-1880* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1969), que analisa a emergência da sociedade de classe de uma forma menos combativa e a consciência de classe como resultante, em parte, da abdicação das responsabilidades sociais tradicionais por parte dos dirigentes e, em parte, de sua rejeição pela classe média; Calhoun, Craig. *The question of class struggle: social foundations of popular radicalism during the Industrial Revolution* (The University of Chicago Press, 1982), que enfatiza os protestos populares do período mais como desdobramentos de ações comunitárias do que de classe; Glen, R. *Urban workers in the early Industrial Revolution* (Londres, Croom Helm, 1984), cuja pesquisa demonstra que, apesar da difusão das organizações trabalhistas, as evidências de inter-relações de solidariedade são limitadas.